

# economia

## Fim da escala 6x1 terá transição de um ano

Lula e Hugo Motta acertaram ontem os detalhes da PEC; texto deve ir à comissão hoje e a plenário na quinta-feira

### / TRABALHO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada de seis dias trabalhados para um de folga, a chamada PEC 6x1, terá transição de um ano para a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais. Os dois dias de folga por semana passarão a valer 60 dias após a promulgação. O texto deverá ser votado na Comissão Especial da Câmara amanhã e no plenário da Câmara na quinta-feira. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) se reuniu a sós com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ontem, no Palácio do Planalto, para selar o acordo em torno da PEC, e fez o anúncio ao lado dos ministros da SRI (Secretaria de Relações Institu-

cionais), José Guimarães, e do Trabalho, Luiz Marinho. Lula e Motta vêm defendendo o fim da escala 6x1 com uma redução de jornada de 44 para 40 horas semanais, sem possibilidade de corte de salário. O impasse girava em torno de um período de transição para a redução da jornada. O petista insistia em uma redução imediata, enquanto o presidente da Câmara era a favor de um período para que as empresas se adaptassem às novas regras.

Outro ponto que estava em debate era um “alívio” para os empregadores, ao permitir que, durante o período de transição, as horas extras até completar 44 horas por semana fossem pagas sem os encargos trabalhistas, como adicional por hora extra, 13º salário e FGTS.

O relator da PEC, Leo Prates, também defendia que os funcionários com salário superior a R\$ 16.951,10 (equivalente a dois tetos da Previdência Social) não tenham mais limite de jornada de trabalho ou escala, ou seja, possam trabalhar mais de 44 horas semanais. Isso, afirmou ele, estimularia a contratação de trabalhadores com maiores salários com carteira assinada (CLT) e não como PJs (pessoas jurídicas).

Seriam afetados, no entanto, também os trabalhadores atualmente contratados como celetistas e que recebem salários acima dessa faixa. Os servidores públicos seriam excluídos dessa regra e continuariam com controle de jornada como já é atualmente, além de uma redução das horas semanais de 44 para 40.



LEONARDO CONTURSI/CMIPA/JC

Dois dias de folga na semana terão validade 60 dias após promulgação

## No Estado, sindicalistas veem avanços e lojistas alertam para alta nos custos

### / MINUTO VAREJO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

As divergências que já eram bem conhecidas ficaram mais evidentes após o acordo entre governo federal e Congresso para colocar em votação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para redução da jornada de trabalho no Brasil. Sindicalistas gaúchos consideram que a aplicação escalonada da nova jornada (40 horas) é avanço, mas se preocupam com folgas em fins de semana. Já entidades patronais do varejo advertem para dificuldades de aplicar a redução e aumento de custos, que devem ser transferidos aos consumidores, avisam. Além disso, o setor patronal chama a PEC de eleitoreira.

A implementação das 40 ho-

ras semanais deve levar um ano, item mais decisivo na PEC que deve ser votada até quinta-feira. Lideranças de centrais sindicais do Rio Grande do Sul vão acompanhar a apreciação em Brasília. Representações gaúchas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) opinam que o acordo foi adequado para dar conta da implementação.

Guiomar Vidor, presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços (Fecosul) e ice-presidente da CTB-RS, esperava “40 horas e fim da escala (6x1) já”. “Mas consideramos que, diante da pressão dos setores conservadores e do empresariado, é um avanço importante (acordo com escalonamento da implementação da mudança)”. “A semana será decisiva, vamos acompanhar

de perto a votação do relatório e no plenário”, avisa Vidor. “Os comerciantes são os maiores interessados em aprovar. Vamos dar um passo civilizacional”, reforçou a liderança do setor.

O presidente da CUT-RS, Amarildo Censi, espera que haja mais melhorias no texto final, como “garantia de, no mínimo, um sábado ou um domingo por mês de folga”. “Como ficou, remete para negociações coletivas”, diz Censi, sobre a futura, caso aprovada, escala de 5x2 em vez de 6x1, como é hoje, com as 44 horas semanais. O prazo de 12 meses para adotar as 40 horas é razoável, avalia o presidente da CUT-RS.

“Independentemente de haver uma transição, a proposta de redução de limite da jornada e da escala laboral tende a gerar efeitos adversos para a economia, especialmente nos setores do comércio de bens, serviços e turismo, cujas atividades se caracterizam pelo atendimento contínuo e pela forte dependência do contato direto com o público”, pondera o presidente a Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

“Defendemos a valorização da negociação coletiva para assegurar que as particularidades dos segmentos e o porte das empresas sejam devidamente considerados”, ressalta Bohn.

O presidente da Federação AGV, Wilson Noer, critica a falta de discussão técnica, reivindicada pelo setor empresarial. “Quase

não se questiona a inviabilidade do trabalho em fins de semana, como sábado, que tem ainda as maiores comissões no comércio”, citou Noer. “Plataformas online operam 24 por sete (dias) e hoje já é difícil concorrer”, exemplificou o presidente da Federação AGV.

“O Brasil não está preparado para reduzir jornada. O que precisamos é trabalhar mais para gerar mais produtividade. Não estamos satisfeitos, mas vamos nos adaptar”, reage o dirigente, que alerta para custos 10% a 20% maiores: “Não tem como não repassar. No fim, a sociedade pagará a conta, incluindo os trabalhadores”.

“Nos preocupa muito que a sociedade não está sendo ouvida nesse processo todo. Se não houver compensações na folha de pagamento, quem arcará com os custos dessa redução de jornada de trabalho serão os trabalhadores, na forma de aumento nos custos dos produtos”, associou o presidente do SindilojasPOA, Arcione Piva. “Continuamos insistindo: este não é o momento para esse tipo de atitude por parte do governo, sem alinhamento com a sociedade civil e empresarial e ainda em ano de eleições”, criticou Piva.

O presidente da CDL Porto Alegre, Carlos Klein, recebeu a notícia do acordo como “extremamente preocupante e desafiadora”. “Nunca tivemos uma alteração dessa magnitude, em tão curto espaço de tempo, sem o período necessário para adequação, e com zero

contrapartidas para amenizar o aumento de custo e consequente aumento generalizado de preços à população”, ponderou Klein, apontando desconexão entre poderes em Brasília e “a sociedade, que clamou por diálogo, estudos técnicos, análise de contrapartida e período de transição”.

Klein segue Noer sobre os impactos, citando exemplos pelo mundo que, segundo o presidente da CDL-POA, tiveram “aumento de preços e queda da formalidade, mesmo com longo períodos de adequação, e com contrapartidas dos governos”.

O Brasil segue adotando medidas que devem agravar os seus problemas crônicos: baixo poder de compra do trabalhador, informalidade, desemprego e necessidade de programas sociais para amenizar a miséria da população”, adverte Klein.

O presidente da Federação Varejista do RS, Ivonei Pioner, afirma que a proposta a ser votada, “apesar de todas as negociações desde a proposta inicial, é muito prejudicial e principalmente para o trabalhador”. “Apesar da manutenção dos valores pagos hoje, fatalmente haverá a perda do poder de compra devido ao aumento inevitável dos preços”, associa Pioner, endossando os colegas de setor. “Mais uma vez estamos assistindo a um movimento do governo visando única e exclusivamente as eleições”, lamenta o presidente a Federação Varejista.



PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Líderes de lojistas e trabalhadores divergem sobre os impactos da PEC